

Indústrias Romi S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Indústrias Romi S.A.

Santa Bárbara d'Oeste – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Conforme divulgado na nota explicativa 14, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado na rubrica provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis o montante de R\$57.865 mil (R\$ 53.736 mil em 31 de dezembro de 2017) referente ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos à Receita Federal do Brasil (RFB) de novembro de 2006 a setembro de 2018, mas foram depositados judicialmente. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema da repercussão geral, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. Desta forma, já não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar esta obrigação e, com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a referida provisão deveria ter sido revertida na data do balanço. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante e total do ativo, individual e consolidado, estão apresentados a menor em R\$85.306 mil (R\$81.320 mil em 31 de dezembro de 2017), o patrimônio líquido está apresentado a menor em R\$56.302 mil (R\$53.671 mil em 31 de dezembro de 2017) e o lucro líquido do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$2.631 mil (R\$53.671 mil em 2017), líquidos de efeitos tributários.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Como descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a provisão registrada pela Companhia referente a ação judicial de questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS não atende aos critérios para reconhecimento, de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. A manutenção da respectiva provisão afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeira individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do ativo intangível de vida útil indefinida

Conforme detalhado na nota explicativa 11, a Companhia possui saldo significativo de ativo intangível com vida útil indefinida em decorrência do registro da marca na aquisição da controlada alemã Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH. Em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$ 23.335 mil. As normas contábeis requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objeto de teste de recuperabilidade pela administração no mínimo anualmente, a menos que hajam evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A Administração testou a recuperabilidade desses ativos utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado. As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins de teste de valor recuperável foram realizadas para a unidade geradora de caixa de Máquinas Burkhardt+Weber e levaram em conta estimativas e premissas sensíveis. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na análise das projeções de geração de caixa dessa unidade.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, tais como taxa de crescimento da receita, margens EBITDA e taxa de desconto.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.9 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações



financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos



trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 12 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. Navarrete', enclosed within a blue oval scribble.

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	67.284	69.806	100.428	105.682	Financiamentos	12	90.419	71.246	102.547	74.170
Aplicações financeiras	3	489	13.670	489	13.670	Financiamentos - FINAME fabricante	13	63.326	55.463	63.326	55.463
Duplicatas a receber	4	82.006	70.359	168.213	120.303	Fornecedores		26.853	27.405	44.261	33.802
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	87.482	88.114	87.482	88.114	Salários e encargos sociais		21.858	20.484	27.504	28.148
Estoques	6	203.133	162.517	300.547	241.891	Impostos e contribuições a recolher		6.799	4.918	7.847	5.896
Partes relacionadas	8	60.397	42.052	-	-	Adiantamentos de clientes		14.824	12.755	71.466	56.512
Impostos e contribuições a recuperar		22.614	7.119	25.267	11.780	Participações a pagar		2.195	1.551	2.195	1.551
Outros créditos		12.574	8.594	14.931	10.753	Dividendos e juros sobre o capital próprio		23.785	8.335	23.785	8.335
		<u>535.979</u>	<u>462.231</u>	<u>697.357</u>	<u>592.193</u>	Outras contas a pagar		2.978	5.802	19.821	16.649
						Partes relacionadas	8	4.472	778	-	-
						Provisão para patrimônio líquido negativo - controlada	7	2.653	664	-	-
								<u>260.162</u>	<u>209.401</u>	<u>362.752</u>	<u>280.526</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Duplicatas a receber	4	13.618	11.310	13.618	11.310	Financiamentos	12	20.118	34.748	31.438	47.066
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	128.584	79.819	128.584	79.819	Financiamentos - FINAME fabricante	13	116.278	72.770	116.278	72.770
Impostos e contribuições a recuperar		18.998	778	18.998	778	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	2.100	768	2.100	1.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	43.595	49.426	43.948	49.426	Outras contas a pagar		6	3	130	115
Depósitos judiciais	14	2.110	2.057	2.110	2.057	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	31.786	29.885
Outros créditos		1.849	10.835	2.172	11.125			<u>138.502</u>	<u>108.289</u>	<u>181.732</u>	<u>151.397</u>
		<u>208.754</u>	<u>154.225</u>	<u>209.430</u>	<u>154.515</u>	TOTAL DOS PASSIVOS		<u>398.664</u>	<u>317.690</u>	<u>544.484</u>	<u>431.923</u>
Investimentos em controladas	7	147.669	137.727	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16				
Imobilizado	10	187.860	190.852	258.921	257.939	Capital social		492.025	492.025	492.025	492.025
Propriedades para investimento	9	13.500	13.500	18.398	18.602	Reserva de lucros		160.218	118.960	160.218	118.960
Intangível	11	879	1.124	57.981	52.174	Ajuste de avaliação patrimonial		43.734	30.984	43.734	30.984
		<u>558.662</u>	<u>497.428</u>	<u>544.730</u>	<u>483.230</u>			<u>695.977</u>	<u>641.969</u>	<u>695.977</u>	<u>641.969</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.094.641</u>	<u>959.659</u>	<u>1.242.087</u>	<u>1.075.423</u>	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	1.626	1.531
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>695.977</u>	<u>641.969</u>	<u>697.603</u>	<u>643.500</u>
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.094.641</u>	<u>959.659</u>	<u>1.242.087</u>	<u>1.075.423</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	22	507.639	468.502	743.462	672.873
Custo dos produtos e serviços vendidos	6	(367.440)	(340.111)	(537.083)	(483.236)
Lucro bruto		140.199	128.391	206.379	189.637
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		(43.747)	(39.339)	(79.801)	(67.736)
Gerais e administrativas		(26.309)	(26.941)	(59.300)	(52.143)
Pesquisa e desenvolvimento		(17.379)	(16.772)	(17.379)	(16.772)
Participação e honorários da Administração	8	(7.751)	(6.718)	(7.846)	(6.815)
Resultado de participações societárias	7	(2.793)	5.710	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		2.666	3.179	3.995	5.094
		(95.313)	(80.881)	(160.331)	(138.372)
Lucro operacional		44.886	47.510	46.048	51.265
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras		42.214	13.805	43.740	15.822
Despesas financeiras		(6.401)	(12.926)	(8.831)	(14.840)
Variação cambial, líquida		6.527	3.102	6.212	2.846
		42.340	3.981	41.121	3.828
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		87.226	51.491	87.169	55.093
Imposto de renda e contribuição social	15	(3.225)	(13.829)	(2.919)	(17.139)
Lucro líquido do exercício		84.001	37.662	84.250	37.954
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				84.001	37.662
Participação dos acionistas não controladores				249	292
				84.250	37.954
Lucro básico por ação em reais - R\$	16	1,34	0,60		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	84.001	37.662	84.250	37.954
Efeito de conversão de moeda estrangeira	12.750	13.290	12.750	13.290
Lucro líquido abrangente do exercício	96.751	50.952	97.000	51.244
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			96.751	50.952
Participação dos acionistas não controladores			249	292
			97.000	51.244

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores								
	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Reserva de lucros	Reserva legal	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	492.025	48.488	41.755	90.243	17.694	-	599.962	1.570	601.532
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	37.662	37.662	292	37.954
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	13.290	-	13.290	-	13.290
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	13.290	37.662	50.952	292	51.244
Dividendos e juros sobre o capital próprio obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.945)	(8.945)	-	(8.945)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(331)	(331)
Transferência entre reservas	-	26.834	1.883	28.717	-	(28.717)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	26.834	1.883	28.717	-	(37.662)	(8.945)	(331)	(9.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	492.025	75.322	43.638	118.960	30.984	-	641.969	1.531	643.500
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	84.001	84.001	249	84.250
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	12.750	-	12.750	-	12.750
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	12.750	84.001	96.751	249	97.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(42.743)	(42.743)	-	(42.743)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(154)	(154)
Transferência entre reservas	-	37.058	4.200	41.258	-	(41.258)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	37.058	4.200	41.258	-	(84.001)	(42.743)	(154)	(42.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	492.025	112.380	47.838	160.218	43.734	-	695.977	1.626	697.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.226	51.491	87.169	55.093
Ajustes de:				
Despesas (receitas) financeiras e variação cambial, não realizadas	(38.522)	4.785	(36.894)	6.895
Depreciação e amortização	24.454	23.675	33.286	30.255
Reversão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, outros créditos e máquinas usadas	(3.570)	(630)	(3.939)	(2.638)
Reversão para realização dos estoques	(4.093)	(9.184)	(2.252)	(11.190)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	(3.629)	(4.106)	390	(5.151)
Resultado de participações societárias	2.793	(5.710)	-	-
Provisão para passivos eventuais	2.074	1.695	894	1.169
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Aplicações financeiras	13.181	7.161	13.181	7.161
Duplicatas a receber	(1.975)	(1.617)	(37.869)	(15.564)
Partes relacionadas (ativo e passivo)	(15.333)	(5.560)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	(42.011)	6.708	(42.011)	6.708
Estoques	(36.523)	28.882	(56.403)	33.887
Impostos e contribuições a recuperar	(31.106)	7.840	(26.229)	21.179
Depósitos judiciais	(3.988)	(2.776)	(3.988)	(2.776)
Outros créditos	48.557	9.065	48.326	8.564
Fornecedores	(250)	(1.167)	10.761	(1.087)
Salários e encargos sociais	1.718	5.757	(300)	9.956
Impostos e contribuições a recolher	5.426	3.914	(923)	(8.918)
Adiantamentos de clientes	2.069	4.437	14.954	2.725
Outras contas a pagar	(964)	522	5.386	2.851
Caixa gerado nas operações	5.534	125.182	3.539	139.119
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(3.545)	(1.317)	(3.834)	(2.038)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1.989	123.865	(295)	137.081
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(21.778)	(22.317)	(24.879)	(29.432)
Aumento do intangível	(71)	(652)	(3.213)	(5.747)
Lucro não realizado	-	-	451	-
Venda de imobilizado	4.261	5.630	977	7.981
Dividendos recebidos	2.060	4.442	-	-
Aumento de capital em controlada	(56)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.584)	(12.897)	(26.664)	(27.198)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(27.296)	-	(21.760)	(331)
Novos empréstimos e financiamentos	79.740	14.038	93.754	14.112
Pagamentos de financiamentos	(76.678)	(93.814)	(84.918)	(96.644)
Juros pagos	(4.708)	(10.962)	(4.539)	(10.839)
Novos financiamentos - FINAME fabricante	110.767	66.975	110.767	66.975
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante	(59.433)	(70.122)	(59.433)	(70.122)
Juros pagos - Finame Fabricante	(11.319)	(7.948)	(11.319)	(7.948)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	11.073	(101.833)	22.552	(104.797)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(2.522)	9.135	(4.407)	5.086
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	69.806	60.671	105.682	101.510
Perdas cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior	-	-	(847)	(914)
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	67.284	69.806	100.428	105.682

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	603.524	546.356	839.426	750.788
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	171	(1.064)	(1.500)	(1.064)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.666	3.179	3.995	5.094
	<u>606.361</u>	<u>548.471</u>	<u>841.921</u>	<u>754.818</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(286.842)	(273.403)	(385.297)	(361.966)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(18.275)	(23.358)	(34.556)	(37.613)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(36.532)	(28.102)	(44.576)	(37.343)
	<u>(341.649)</u>	<u>(324.863)</u>	<u>(464.429)</u>	<u>(436.922)</u>
Valor adicionado bruto	264.712	223.608	377.492	317.896
Depreciação e amortização	(24.454)	(23.675)	(33.286)	(30.255)
	<u>240.258</u>	<u>199.933</u>	<u>344.206</u>	<u>287.641</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	(2.793)	5.710	-	-
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas	48.738	16.905	43.888	18.668
	<u>286.203</u>	<u>222.548</u>	<u>388.094</u>	<u>306.309</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Salários e encargos	112.395	110.795	208.405	189.316
Comissões sobre vendas	4.194	4.248	4.194	4.248
Participações e honorários da Administração	7.751	6.718	7.846	6.812
Participação nos resultados	7.896	5.649	7.896	5.649
Planos de previdência privada aberta complementar	677	685	677	685
Impostos, taxas e contribuições	60.970	41.635	61.852	42.715
Juros	6.401	12.926	8.831	14.840
Aluguéis	1.918	2.230	4.297	4.421
Juros sobre o capital próprio já distribuídos	15.714	5.029	15.714	5.029
Juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos	27.029	3.916	27.029	3.916
Participação dos acionistas não controladores	-	-	95	(39)
Lucros retidos	<u>41.258</u>	<u>28.717</u>	<u>41.258</u>	<u>28.717</u>
Valor adicionado distribuído	<u>286.203</u>	<u>222.548</u>	<u>388.094</u>	<u>306.309</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Indústrias Romi S.A. (“Controladora”), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d’Oeste, Estado de São Paulo e suas controladas (conjuntamente “Companhia”) tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.

O parque industrial da Companhia é formado por onze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de máquinas-ferramenta especiais de grande porte. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 12 de fevereiro de 2019.

2 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.23.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.11).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de “Participação dos acionistas não-controladores”.

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i. O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- ii. Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber – rapasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(e) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na notas explicativa 4.

Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 12.

(e) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.10).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

2.10 Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual perda reconhecida – ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial “pro rata die”, a partir da origem de cada transação.

As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17).

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução,

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Contraprestação variável:

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/ produtividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprias da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

(vi) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

2.18 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.11).
- (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7.
- (d) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (b).
- (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.15), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.21).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.19 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) não seja significativo.

CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente” pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. As alterações não terão impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Como a Companhia opera em um ambiente tributário multinacional, a aplicação da Interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia ainda estuda os impactos da adoção da nova norma.

Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto

Até a data de publicação das demonstrações financeiras da Companhia, esta revisão ainda não havia sido concluída pelo CPC, havendo sua publicação somente para IFRS. As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle sobre uma controlada que é vendida ou contribuída para uma coligada ou joint venture. A Companhia aplicará estas alterações quando elas entrarem em vigor.

2.20 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e depósitos em conta corrente	2.957	2.899	23.923	14.545
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	1.312	10.839	13.485	29.380
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	53.249	19.445	53.249	19.442
Fundos de investimento DI e renda fixa (a)	9.672	34.774	9.672	34.774
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US\$ (Timedeposit)	-	1.819	-	7.511
Outros	94	30	99	30
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>67.284</u>	<u>69.806</u>	<u>100.428</u>	<u>105.682</u>
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	<u>489</u>	<u>13.670</u>	<u>489</u>	<u>13.670</u>
Total de títulos mantidos para negociação	<u>489</u>	<u>13.670</u>	<u>489</u>	<u>13.670</u>

- (a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Duplicatas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante				
Clientes no país	70.897	63.443	72.140	64.243
Clientes no exterior	11.532	8.017	101.481	61.283
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(423)	(1.101)	(5.408)	(5.223)
	<u>82.006</u>	<u>70.359</u>	<u>168.213</u>	<u>120.303</u>
Não circulante				
Clientes no país	9.477	8.399	9.477	8.399
Clientes no exterior	4.149	2.912	4.149	2.912
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(8)	(1)	(8)	(1)
	<u>13.618</u>	<u>11.310</u>	<u>13.618</u>	<u>11.310</u>

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a vencer	72.619	56.453	145.388	97.023
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	6.490	8.203	14.843	14.073
De 31 a 60 dias	321	1.371	1.432	2.745
De 61 a 90 dias	220	662	388	1.182
De 91 a 180 dias	68	816	1.905	2.259
De 181 a 360 dias	249	1.201	1.868	1.527
Mais de 360 dias	2.462	2.754	7.797	6.717
	9.810	15.007	28.233	28.503
Total	82.429	71.460	173.621	125.526
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(423)	(1.101)	(5.408)	(5.223)
Total circulante	82.006	70.359	168.213	120.303

Em 31 de dezembro de 2018, contas a receber de clientes no valor de R\$9.379 (2017 – R\$13.906 - Controladora) e R\$22.825 (2017 – R\$23.280 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2020	10.110
2021	2.478
2022	473
Acima de 2022	565
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(8)
Total - não circulante	13.618

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	1.102	2.774	5.224	5.658
Créditos reconhecidos no período	20	4.358	413	4.589
Créditos baixados definitivamente da posição	(691)	(6.030)	(834)	(6.419)
Varição cambial	-	-	605	1.396
Saldo em 31 de dezembro	<u>431</u>	<u>1.102</u>	<u>5.408</u>	<u>5.224</u>

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As demais contas a receber do balanço não contêm ativos *impaired*.

5 Valores a receber - repasse FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
FINAME a vencer	65.344	60.903
FINAME aguardando liberação (a)	1.944	1.635
FINAME em atraso (b)	<u>27.005</u>	<u>36.174</u>
	94.293	98.712
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	<u>(6.811)</u>	<u>(10.598)</u>
	<u>87.482</u>	<u>88.114</u>
Não circulante		
FINAME a vencer	117.994	73.862
FINAME aguardando liberação (a)	<u>10.713</u>	<u>6.540</u>
	128.707	80.402
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	<u>(123)</u>	<u>(583)</u>
	<u>128.584</u>	<u>79.819</u>
Total	<u>216.066</u>	<u>167.933</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo as condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento.

Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente.

A diferença entre os valores a receber – repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por:

- (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.
- (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$6.594 (R\$1.699 em 31 de dezembro de 2017) no ativo circulante, e R\$1.173 (R\$10.404 em 31 de dezembro de 2017) no ativo não circulante.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a vencer	67.288	62.538
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	914	1.496
De 31 a 60 dias	565	1.082
De 61 a 90 dias	473	885
De 91 a 180 dias	1.208	2.718
De 181 a 360 dias	2.883	4.579
Mais de 360 dias	20.962	25.414
	<u>27.005</u>	<u>36.174</u>
Total - Circulante	<u>94.293</u>	<u>98.712</u>

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2020	56.857
2021	44.628
2022	24.025
2023 e após	3.197
Total - não circulante	<u>128.707</u>

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo inicial	11.181	13.540
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	(4.247)	(2.359)
Saldo final	<u>6.934</u>	<u>11.181</u>

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos acabados	22.160	27.389	69.696	56.620
Máquinas usadas	12.271	16.501	12.271	16.501
Produtos em elaboração	61.388	57.515	85.183	88.709
Matéria-prima e componentes	105.233	58.806	129.571	77.499
Importações em andamento	2.081	2.306	3.826	2.562
Total	<u>203.133</u>	<u>162.517</u>	<u>300.547</u>	<u>241.891</u>

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2018, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R\$29.818 e R\$ 34.748 (R\$ 33.911 e R\$ 35.325 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente.

A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º janeiro de 2018	33.911	37.000
Estoques vendidos ou baixados	(18.299)	(18.915)
Perdas reconhecidas	7.836	7.836
Variação cambial		2.457
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	<u>6.370</u>	<u>6.370</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>29.818</u></u>	<u><u>34.748</u></u>

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Produtos acabados	2.890	1.852	7.820	4.941
Máquinas usadas	9.488	14.542	9.488	14.542
Produtos em elaboração	4.859	4.520	4.859	4.520
Matéria-prima e componentes	<u>12.581</u>	<u>12.997</u>	<u>12.581</u>	<u>12.997</u>
Total	<u><u>29.818</u></u>	<u><u>33.911</u></u>	<u><u>34.748</u></u>	<u><u>37.000</u></u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R\$367.440 (2017 - R\$340.111) na Controladora e R\$537.083 (2017 - R\$483.236) no Consolidado.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Investimentos em controladas e coligadas

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

	Controlada	País	Objetivo principal
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	Alemanha	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shangai) Co., Ltd	China	
2.1.2	Burkhardt + Weber LLC	Estados Unidos da América	
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4.	Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. (anteriormente denominada Romi Empreendimentos).	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6.	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	Uruguai	Representação comercial para operações no mercado externo.
7.	Irsa Maquinas Mexico S. de R. L. de C.V. (anteriormente denominada Sandretto México).	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	57.205	123.934	23.256	15.996	2.449	7.791	7.170	
Ativo não circulante	6.905	122.491	522	64	-	-	187	
Passivo circulante	44.610	107.108	307	18.168	-	2	7.902	
Passivo não circulante	11.924	31.307	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	7.576	108.010	23.471	(2.108)	2.449	7.789	(545)	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2017	6.274	101.671	20.566	(664)	2.405	6.137	674	137.063
Variação cambial sobre investimentos no exterior	505	11.802	-	(259)	-	1.131	(429)	12.750
Aumento de capital em controlada (b)	-	-	-	-	56	-	-	56
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(2.060)	-	-	-	-	(2.060)
Resultado de participações societárias	797	(5.012)	3.339	(1.185)	(12)	521	(790)	(2.342)
Lucro não realizado	-	(451)	-	-	-	-	-	(451)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	7.576	108.010	21.845	(2.108)	2.449	7.789	(545)	145.016
Investimento em controladas	7.576	108.010	21.845	-	2.449	7.789	-	147.669
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(2.108)	-	-	(545)	(2.653)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;

(b) Em Reunião realizada pelo Conselho de Administração, em 23 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da subsidiária Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. no montante de R\$56. O aumento de capital foi realizado pela captação de ativo, avaliados pelo valor contábil.

(c) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 6 de fevereiro de 2018 e 24 de julho de 2018, no valor de R\$1.075 e R\$1.138, referentes ao segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, respectivamente. A Companhia recebeu dessas distribuições, o montante de R\$1.001 e R\$1.059, respectivamente.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2017							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	42.934	87.345	21.742	13.049	2.405	6.138	5.049	
Ativo não circulante	6.443	112.038	522	145	-	-	63	
Passivo circulante	31.650	62.507	167	13.858	-	1	4.438	
Passivo não circulante	11.453	35.205	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	6.274	101.671	22.097	(664)	2.405	6.137	674	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2016	5.566	85.025	21.093	1.530	2.423	5.747	1.121	122.505
Variação cambial sobre investimentos no exterior	505	12.593	-	(57)	-	(163)	412	13.290
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(4.442)	-	-	-	-	(4.442)
Resultado de participações societárias	203	4.053	3.915	(2.137)	(18)	553	(859)	5.710
Valor patrimonial equivalente - saldo final	6.274	101.671	20.566	(664)	2.405	6.137	674	137.063
Investimento em controladas	6.274	101.671	20.566	-	2.405	6.137	674	137.727
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(664)	-	-	-	(664)

a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;

b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada nas seguintes datas: (i) pela Assembleia Geral Ordinária de 7 de fevereiro de 2017, no valor de R\$1.643, referente ao 2º semestre de 2016, (ii) pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2017, no valor de R\$3.130, referente ao 1º semestre de 2017. A Companhia recebeu, dessas distribuições, o montante de R\$4.442 (R\$1.529 referente à 2016, como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios e R\$2.913, em 2017, como dividendos intermediários).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018						
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Romi Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)
Investimentos:							
Participação do capital social	100%	100%	93,07%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) antes do IR / CSLL	797	(3.571)	4.673	(1.185)	(11)	521	(790)
Despesa de IR / CSLL	-	(1.441)	(1.087)	-	(1)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	797	(5.012)	3.586	(1.185)	(12)	521	(790)
Participação da Controladora no lucro líquido (prejuízo) do exercício	797	(5.012)	3.339	(1.185)	(12)	521	(790)
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	(145)	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	652	(5.012)	3.339	(1.185)	(12)	521	(790)
Dividendos pagos à participação de não controladores	-	-	154	-	-	-	-
Dividendos recebidos de controlada	-	-	2.060	-	-	-	-

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2017						
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)
Investimentos:							
Participação do capital social	100%	100%	93,07%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) antes do IR / CSLL	211	7.268	5.292	(2.137)	(17)	553	(929)
Despesa de IR / CSLL	(8)	(3.215)	(1.087)	-	(1)	-	70
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	203	4.053	4.205	(2.137)	(18)	553	(859)
Participação da Controladora no lucro líquido (prejuízo) do exercício	203	4.053	3.915	(2.137)	(18)	553	(859)
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	(207)	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(4)	4.053	3.915	(2.137)	(18)	553	(859)
Dividendos pagos à participação de não controladores	-	-	331	-	-	-	-
Dividendos recebidos de controlada	-	-	4.442	-	-	-	-

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) Saldos Patrimoniais - Controladora

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Controladas diretas				
Romi Europa	783	3.217	263	175
Romi Itália	9.672	5.648	-	-
Romi Machine Tools	17.034	12.944	-	-
Romi A.L.	-	-	934	603
Irsa Máquinas México	6.787	3.335	-	-
Rominor	-	4	-	-
Controladas indiretas				
B+W - Burkhardt+Weber	1.803	173	3.275	-
Romi France S.A.S.	7.393	5.855	-	-
Romi Máquinas España S.A.	3.464	2.896	-	-
Romi Machines UK	13.461	7.980	-	-
Total	60.397	42.052	4.472	778

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Romi Europa	4.180	3.194	1.328	1.305
Rominor Comércio	12	16	153	-
Romi Itália	11.674	7.607	329	329
Romi Machine Tools	7.655	7.101	-	-
Romi France S.A.S.	7.142	3.518	-	-
Romi A.L.	-	-	861	622
Romi Machines UK	12.881	6.167	-	-
Irsa Máquinas México	4.180	1.059	14	-
B+W - Burkhardt + Weber	5.896	1.110	-	-
Romi Máquinas Espanha	1.044	982	-	-
Total	54.664	30.754	2.685	2.256

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. Os títulos são vencíveis a curto prazo.

A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita do exercício de 2018 foi de R\$148 (2017 – R\$152).

A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações do exercício de 2018 totalizaram R\$920 (2017 – R\$895).

As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são como seguem:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Honorários e encargos	5.098	4.933
Participação nos resultados	2.195	1.394
Plano de previdência privada	234	209
Assistência médica	224	182
Controladora	<u>7.751</u>	<u>6.718</u>
Honorários e encargos das empresas controladas	95	97
Consolidado	<u>7.846</u>	<u>6.815</u>

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de março de 2018.

9 Propriedades para investimento

Em 2012, a Administração da Companhia decidiu com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazos, classificar parte das propriedades na rubrica de “Propriedade para Investimento”, mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedades para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 – em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$18.398 (R\$18.602 – em 31 de dezembro de 2017) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$44.982 na controladora e R\$139.764 no consolidado.

Em 13 de junho de 2017, por meio de sua subsidiária ROMINOR Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. (“Rominor”), da qual a Controladora detém 93,07% das ações, celebrou Contrato de Promessa de Venda e Compra de Imóvel com terceiros, cujo objeto foi a venda do imóvel (terreno com edificação) de propriedade da Rominor, com área total de 1.540m², na cidade de Curitiba (PR), pelo valor de R\$2.350. O resultado da venda foi classificado na linha de outras receitas operacionais, com impacto de R\$1.888 no resultado operacional e 1.821 no lucro líquido.

Em 28 de novembro de 2018 e 21 de dezembro de 2018, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, celebrou Contrato de Promessa de Venda e Compra de Imóvel com terceiros, cujo objeto foi a venda dos imóveis (terreno com edificação) de propriedade da Rominor, com área total de 336m² e 866,7m², localizados na cidade de Manaus (AM) e cidade de Contagem (MG), pelo valor de R\$420 e R\$1.200, respectivamente. Até a data-base desta publicação foi recebido o valor de R\$420, o restante do valor está classificado na rubrica de duplicatas a receber no ativo circulante. O resultado da venda foi classificado na linha de outras receitas operacionais, com impacto de R\$1.276 no resultado operacional e R\$1.232 no lucro líquido.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	Controladora								
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.053	186.862	257.507	8.530	3.473	26.852	12.588	273	500.138
Adições	-	576	6.925	24	109	329	13.842	512	22.317
Baixas	-	-	(4.469)	(192)	(25)	(1.162)	(275)	-	(6.123)
Transferências	-	1.881	4.477	-	-	-	(5.763)	(868)	(273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.053	189.319	264.440	8.362	3.557	26.019	20.392	(83)	516.059
Adições	-	222	9.879	41	252	459	10.925	-	21.778
Baixas	(56)	-	(13.893)	(44)	(64)	(4)	-	-	(14.061)
Transferências	-	786	1.709	-	-	-	(2.495)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.997	190.327	262.135	8.359	3.745	26.474	28.822	(83)	523.776
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	84.536	186.341	7.463	2.673	25.403	-	-	306.416
Depreciação	-	9.188	13.132	267	223	578	-	-	23.388
Baixas	-	-	(3.221)	(190)	(25)	(1.161)	-	-	(4.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	93.724	196.252	7.540	2.871	24.820	-	-	325.208
Depreciação	-	9.235	13.955	203	239	506	-	-	24.138
Baixas	-	-	(13.321)	(43)	(64)	(2)	-	-	(13.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	102.959	196.886	7.700	3.046	25.324	-	-	335.916
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-	
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.053	102.326	71.166	1.067	800	1.449	12.588	273	193.722
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.053	95.595	68.188	822	686	1.199	20.392	(83)	190.850
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.997	87.368	65.249	659	699	1.150	28.822	(83)	187.860

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	21.276	224.003	287.466	17.445	4.759	30.601	12.588	273	598.411
Adições	-	873	7.902	583	176	682	18.704	512	29.432
Baixas	-	-	(4.471)	(218)	(113)	(1.449)	(1.229)	-	(7.480)
Transferências	(885)	1.715	4.477	-	-	-	(5.762)	(868)	(1.323)
Variação cambial	2.518	3.685	1.336	651	56	97	183	-	8.526
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.909	230.276	296.710	18.461	4.878	29.931	24.484	(83)	627.566
Adições	-	239	11.088	1.064	410	722	11.356	-	24.879
Baixas	(56)	-	(13.913)	(77)	(64)	(196)	(482)	-	(14.788)
Lucro não realizado	-	-	-	-	-	-	(451)	-	(451)
Transferências	-	786	1.709	-	-	-	(2.495)	-	-
Variação cambial	2.271	3.462	971	461	70	75	279	-	7.588
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.124	234.763	296.565	19.909	5.294	30.532	32.691	(83)	644.795
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	93.579	208.221	12.465	3.436	28.677	-	-	346.378
Depreciação	-	9.862	15.391	1.155	425	863	-	-	27.696
Baixas	-	-	(3.222)	(190)	(92)	(1.404)	-	-	(4.908)
Variação cambial	-	110	225	88	12	27	-	-	462
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	103.551	220.615	13.517	3.781	28.163	-	-	369.627
Depreciação	-	10.357	16.645	1.490	446	761	-	-	29.699
Baixas	-	-	(13.340)	(43)	(64)	(177)	-	-	(13.624)
Variação cambial	-	38	80	39	8	7	-	-	172
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	113.946	224.000	15.002	4.172	28.754	-	-	385.874
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-	
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	21.276	130.424	79.245	4.980	1.323	1.924	12.588	273	252.033
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.909	126.725	76.095	4.944	1.097	1.768	24.484	(83)	257.939
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.124	120.817	72.565	4.907	1.122	1.778	32.691	(83)	258.921

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, o montante de R\$68.195 em 31 de dezembro de 2018 (R\$77.920 em 31 de dezembro de 2017) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, instalações, máquinas e equipamentos.

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável dos ativos de vida longa, e como resultado, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi identificada.

O montante de R\$24.138 (2017 - R\$23.388) referente à despesa de depreciação, R\$19.814 (2017 - R\$18.846) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$1.072 (2017 - R\$1.132) em "Despesas com vendas", R\$3.161 (2017 - R\$3.366) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$91 (2017 - R\$44) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R\$29.699 (2017 - R\$27.696) referente à despesa de depreciação, R\$21.691 (2017 - R\$20.417) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$4.756 (2017 - R\$3.871) em "Despesas com vendas", R\$3.161 (2017 - R\$3.364) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$91 (2016 - R\$44) em "Pesquisa e desenvolvimento" – Consolidado.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora				Consolidado						
	Cessão de direitos	Tecnologia	Outros	Total	Cessão de direitos	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Carteira de clientes	Marca	Outros	Total
Custo bruto											
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.417	-	5.198	8.615	3.417	16.484	16.727	2.893	18.076	5.198	62.795
Adições	-	497	155	652	-	4.959	-	-	-	787	5.746
Variação cambial	-	-	-	-	-	2.541	2.579	446	2.786	561	8.913
Transferências	-	437	(437)	-	-	437	-	-	-	(437)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.417</u>	<u>934</u>	<u>4.916</u>	<u>9.267</u>	<u>3.417</u>	<u>24.421</u>	<u>19.306</u>	<u>3.339</u>	<u>20.862</u>	<u>6.109</u>	<u>77.454</u>
Adições	-	-	71	71	-	2.777	-	-	-	436	3.213
Variação cambial	-	-	-	-	-	2.868	2.288	396	2.473	256	8.282
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.417</u>	<u>934</u>	<u>4.987</u>	<u>9.338</u>	<u>3.417</u>	<u>30.066</u>	<u>21.594</u>	<u>3.735</u>	<u>23.335</u>	<u>6.802</u>	<u>88.949</u>
Amortização acumulada											
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.417	-	4.439	7.856	3.417	5.089	4.110	2.893	-	4.439	19.948
Amortização	-	75	212	287	-	1.039	964	-	-	557	2.560
Variação cambial	-	-	-	-	-	1.691	635	446	-	-	2.772
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.417</u>	<u>75</u>	<u>4.651</u>	<u>8.143</u>	<u>3.417</u>	<u>7.819</u>	<u>5.709</u>	<u>3.339</u>	<u>-</u>	<u>4.996</u>	<u>25.280</u>
Amortização	-	101	215	316	-	2.007	1.078	-	-	502	3.587
Variação cambial	-	-	-	-	-	977	676	396	-	52	2.100
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.417</u>	<u>176</u>	<u>4.866</u>	<u>8.459</u>	<u>3.417</u>	<u>10.803</u>	<u>7.463</u>	<u>3.735</u>	<u>-</u>	<u>5.550</u>	<u>30.968</u>
Vidas úteis	5 anos	5 anos	5 anos		5 anos	5 anos	5 anos	1 ano	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido											
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	-	759	759	-	11.395	12.617	-	18.076	759	42.847
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	859	265	1.124	-	16.602	13.597	-	20.862	1.113	52.174
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	758	121	879	-	19.263	14.131	-	23.335	1.252	57.981

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH) através de sua Controlada direta Romi Europa GmbH. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características:

(a) tecnologia: refere-se ao “know-how” dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto;

(b) carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição.

(c) relacionamento com o cliente: refere-se aos diretos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro.

De acordo com a avaliação da administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e, portanto, a marca é testada anualmente para fins de “*impairment*” de acordo com as regras contábeis aplicáveis.

O montante de R\$316 (2017 - R\$287) referente à despesa de amortização, R\$21 (2017 - R\$18) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$194 (2017 - R\$181) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$101 (2017 - R\$88) em “Pesquisa e desenvolvimento” - Controladora.

O montante de R\$3.587 (2017 - R\$2.560) referente à despesa de amortização, R\$21 (2017 - R\$18) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$3.271 (2017 - R\$2.273) em "Despesas com vendas", R\$194 (2017 - R\$181) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$101 (2016 - R\$88) em “Pesquisa e desenvolvimento” – Consolidado.

Teste do valor recuperável (*impairment*)

O teste de *impairment* é realizado considerando cada Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), que são as mesmas dos segmentos reportados (Nota 20) – Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados.

Os cálculos de valor recuperável de cada UGC usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do imposto de renda e da contribuição social, de dez anos, que representa a vida útil econômica dos ativos, trazidos ao valor presente pela taxa real de 11,8%. Para os cinco anos subsequentes, as taxas de crescimento e de inflação estão em linha com as projeções macroeconômicas de instituições financeiras com relevante participação no mercado brasileiro.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Financiamentos

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2018	2017	2018	2017				
Financiamentos de exportação - BNDES PSI	-	40.098	-	-	17/12/2018	Parcela única/Mensal com carência de 13 meses	Taxas 11,00% a.a. (pré-fixado) e 50% (4,26% e 4,71%a.a. + SELIC) + 50% (4,00% e 4,45%a.a. + TJLP)	Nota promissória/Fiança-Aval Rominor
Financiamentos de exportação - ACC (a)	46.771	-	-	-	06/12/2019	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 1,41% a 1,55% a.a. + variação cambial	Fiança-Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.570	9.233	17.071	28.017	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.534	2.303	3.047	4.615	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	34.413	14.533	-	-	13/12/2019	Parcela única	Juros de 1,62% a.a. a 3,40% a.a.	Clean / Aval Rominor
Finep URTJ-01 (c)	2.131	5.079	-	2.116	15/05/2019	Mensal	TJLP + 5,00% a.a. - Deduzido 6,00%	Fiança Bancária
Controladora	90.419	71.246	20.118	34.748				
Burkhardt + Weber (B+W) - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (d)	-	-	11.320	12.318	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
Outros - capital de giro	12.128	2.924	-	-	-	-	-	N/A
Consolidado	102.547	74.170	31.438	47.066				

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Em setembro e dezembro de 2018 foi autorizado à Diretoria da Companhia a contratar financiamentos junto a instituições financeiras no valor de R\$14.960 e R\$31.010, respectivamente. Através de linhas de adiantamento de contrato de câmbio (ACC), com a finalidade de suportar o crescimento nas operações no mercado externo, com taxas de até 2,5% a.a. acrescidos de variação cambial, prazo de pagamento de 12 meses e garantia realizada pela subsidiária Rominor Comércio.

(b) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituída uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants:

(i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 0,40

(ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima.

(c) Contrato firmado entre a Companhia e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 15 de maio de 2014, para desenvolvimento do sistema piloto de manufatura flexível para usinagem de carcaças de máquinas-ferramenta com objetivo de redução de tempos de set-up e de usinagem, reduzindo tempo de entrega de seus produtos.

(d) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R\$9.361 (equivalente a € 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, controladora e consolidado, são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	6.652	10.459
2021	6.393	7.770
2022	6.130	7.359
2023	906	2.132
2024 e após	<u>37</u>	<u>3.718</u>
Total	<u>20.118</u>	<u>31.438</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Financiamentos - FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
FINAME Fabricante	63.326	55.463
Não Circulante		
FINAME Fabricante	116.278	72.770
Total	179.604	128.233

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanece como a principal devedora dessa operação.

Os saldos da rubrica “Financiamentos – FINAME fabricante” e, conseqüentemente os da rubrica “Valores a receber – repasse FINAME fabricante” em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$36.462 em 31 de dezembro de 2018 (R\$39.700 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2020	52.189
2021	41.202
2022	20.648
2023 e após	2.239
Total	116.278

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos empréstimos é igual ao seu valor de custo contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

14 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fiscais	57.916	53.805	57.916	54.598
Cíveis	332	1.986	332	1.986
Trabalhistas	3.039	3.383	3.039	3.383
(-) Depósitos judiciais / outros créditos	(57.334)	(53.399)	(57.334)	(53.399)
Total	3.953	5.775	3.953	6.568
Passivo circulante	1.853	5.007	1.853	5.007
Passivo não circulante	2.100	768	2.100	1.561
	3.953	5.775	3.953	6.568

O saldo de processos judiciais registrado no passivo circulante está demonstrado nas rubricas de “Salários e encargos sociais” e “Outros contas a pagar”.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fiscais		
Compensação de IRPJ 2002 e 2003	1.267	1.267
Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP	32.456	31.341
Cíveis		
Perdas e danos	6.806	3.270
Trabalhistas	3.349	3.302
Total	43.878	39.180

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2017	Adições	Utilizações / reversões	Atualização monetária	31 de dezembro de 2018
Fiscais	53.805	4.129	(32)	14	57.916
Cíveis	1.986	35	(1.804)	115	332
Trabalhistas	3.383	888	(1.915)	683	3.039
(-) Depósitos judiciais / outros créditos	(53.399)	(3.935)	-	-	(57.334)
Total Controladora	5.775	1.117	(3.751)	812	3.953
Processo em subsidiárias	793	-	(840)	47	-
Total Consolidado	6.568	1.117	(4.591)	859	3.953

(a) Processos fiscais passivos

Corresponde a obrigações legais relativas a:

- (i) PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$10.322 (R\$9.585 em 31 de dezembro de 2017) e R\$47.543 (R\$44.151 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$531 estava classificado na rubrica “impostos e contribuições a recolher” e será reclassificado para a rubrica “Depósitos judiciais” no respectivo pagamento.

Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questiona a constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, submetido ao rito da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no procedimento de exclusão futura; e (iii) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita líquida trazidos pela Lei nº 6.404/76. Até a data deste relatório, os embargos de declaração pendiam de apreciação pelo STF. Diante dessa situação fática, com base na opinião de

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seus assessores legais, corroborada por pareceres externos de assessores legais especialistas, que reforçam que em processo de grande repercussão econômico-financeira ocorreu modulação sem que fosse ressalvada a ação em curso em que se discutia a matéria, a Administração, calcada também em opinião de profissional de referência na área contábil, entende que é mais provável que sim do que não, que por conta da modulação, ocorra saída de recursos. Diante disso, aliado aos esclarecimentos e orientações trazidos pelo órgão regulador no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019, item 12, de 11 de janeiro de 2019, a Administração decidiu manter a obrigação presente decorrente de eventos passados nas demonstrações financeiras. No momento em que houver qualquer fato novo que altere o entendimento da Administração quanto a probabilidade futura de saída de recursos, essa realizará o reconhecimento dos impactos contábeis nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer o fato. Caso a decisão definitiva seja desfavorável aos contribuintes, a Companhia, pelo fato de ter optado em realizar depósitos judiciais para esta ação não terá impacto material no lucro líquido e no fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o montante registrado nas demonstrações financeiras como contas a pagar para riscos fiscais, no passivo não circulante, era de R\$57.865 (R\$53.736 em 31 de dezembro de 2017), sendo que a Companhia realizou depósitos judiciais para essa ação, que nessa mesma data-base, somavam R\$48.247 (R\$46.741 em 31 de dezembro de 2017).

Na data-base desse relatório, a melhor estimativa da Administração para o montante corrigido monetariamente dessa causa era de R\$94.629, sendo R\$85.306 em depósito judicial e R\$9.323 em créditos tributários.

(ii) Demais processos tributários somam R\$51 (R\$70 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Processos fiscais (Plano Verão)

A Companhia, no ano de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). Em 6 de setembro de 2017, a Companhia protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação do respectivo crédito. Em 9 de abril de 2018 a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 2T18, os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado do 2T18 da seguinte maneira: (i) EBITDA: reduzido em R\$ 1.623, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas"; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$32.115, referente a atualização monetária do valor original dos créditos; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.740, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$40.073, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em abril de 2018, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de abril de 2018.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Processos cíveis

Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

(d) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

(d) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$50.357 (2017 – R\$48.799), dos quais R\$48.247 (2017 - R\$46.741) refere-se ao PIS e a COFINS sobre o ICMS de vendas conforme item (a) (i) e os demais depósitos são de diversas naturezas e classificados no ativo não circulante.

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido.

A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.226	51.491	87.169	55.093
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(29.657)	(17.507)	(29.637)	(18.732)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	15.864	1.710	15.864	1.710
IR/CSLL processo fiscal (Plano Verão)	10.740	-	10.740	-
Pesquisa e desenvolvimento	3.000	2.544	3.000	2.544
Transfer price	(1.730)	(2.118)	(1.730)	(2.118)
Equivalência patrimonial	(950)	1.941	-	-
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(1.736)	(1.265)
Participação de Administradores	(606)	(474)	(606)	(474)
Outras adições (exclusões), líquidas	114	75	1.186	1.196
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u>(3.225)</u>	<u>(13.829)</u>	<u>(2.919)</u>	<u>(17.139)</u>

- (i) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido à controlada Rominor ser optante pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados.

Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Correntes	2.606	(7.023)	(1.681)	(13.192)
Diferidos	<u>(5.831)</u>	<u>(6.806)</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(3.947)</u>
Total	<u>(3.225)</u>	<u>(13.829)</u>	<u>(2.919)</u>	<u>(17.139)</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018				2017			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoque – provisão para realização	31.863	7.956	2.868	10.824	56.551	9.129	3.290	12.419
Reintegração de máquinas	1.874	468	169	637	2.898	724	261	985
Prejuízo fiscal	59.607	11.353	5.216	16.569	68.834	13.785	6.047	19.832
Investimentos	263	66	24	90	452	113	41	154
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.607	401	145	546	1.575	393	142	535
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	61.287	15.307	308	15.615	59.174	14.780	489	15.269
Comissões condicionadas	713	178	64	242	814	203	73	276
Participação dos administradores	2.195	-	198	198	1.551	-	140	140
Outras diferenças ativas temporárias	1.854	463	167	630	3.587	896	323	1.219
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado	161.263	36.192	9.159	45.351	195.436	40.023	10.806	50.829
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.563	1.025	378	1.403	4.563	1.025	378	1.403
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado	156.700	35.167	8.781	43.948	190.873	38.998	10.428	49.426
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	11.799	-	11.799	19.029	10.549	-	10.549
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W)	68.622	19.987	-	19.987	63.789	19.336	-	19.336
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	87.651	31.786	-	31.786	82.818	29.885	-	29.885

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.
- (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Romi Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
2019	9.626
2020	11.971
2021	5.792
2022 e após	<u>16.559</u>
Total	<u><u>43.948</u></u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.426	49.426	29.885
Movimentações do exercício			
Adições	1.101	2.076	-
Realização	(6.932)	(6.932)	(772)
Variação cambial		(622)	2.673
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>43.595</u>	<u>43.948</u>	<u>31.786</u>

16 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 no montante de R\$492.025 é representado por 62.857.647 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens.

Reserva de lucros

a) Reserva legal

O saldo da rubrica “Reserva Legal”, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

b) Reserva de retenção de lucros

Em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2019 pelo Conselho de Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estes serão submetidos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19 de março de 2019. A Companhia distribuiu, referente ao lucro do próprio exercício, o montante de R\$42.743. O excedente não distribuído (R\$41.258) será incorporado ao saldo da reserva, totalizando R\$112.380.

Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	84.001	37.662
(-) Constituição de reserva legal	<u>(4.200)</u>	<u>(1.883)</u>
Lucro passível de distribuição	79.801	35.779
Juros sobre o capital próprio (JCP) distribuídos	<u>(42.743)</u>	<u>(8.945)</u>
Constituição de reserva de lucros	<u><u>37.058</u></u>	<u><u>26.834</u></u>

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Controladora e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores	84.001	37.662
Média ponderada das ações em circulação no exercício em milhares	<u>62.858</u>	<u>62.858</u>
Lucro básico e diluído por ação	<u><u>1,34</u></u>	<u><u>0,60</u></u>

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato da Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação.

17 Plano de previdência privada aberta complementar

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, classificado como Contribuição Definida-CD.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$906 (R\$913 em 31 de dezembro de 2017). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, nas rubricas “Custo dos produtos e serviços vendidos”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

18 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e dos estoques.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$150.844; (ii) máquinas e equipamentos - R\$322.935; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$208.137; (iv) obras - R\$14.789; (v) bens em poder de terceiros - R\$7.177 e (vi) outros – R\$1.211.

19 Instrumentos financeiros e riscos operacionais

(a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Duplicatas a receber e valores a receber – repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 4 e 5.
- Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 12 e 13.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com reapetuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “*hedge*” natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados nas Notas 12 e 13.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Financiamentos	102.547	10.459	17.261	3.718
Fornecedores	44.261			
Em 31 de dezembro de 2017				
Financiamentos	74.170	13.234	32.887	945
Fornecedores	33.802			

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total dos financiamentos	290.141	234.227	313.589	249.469
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(67.284)	(66.634)	(100.428)	(102.510)
(-) Aplicações financeiras (Nota 3)	(489)	(16.842)	(489)	(16.842)
Finame Fabricante a receber (Nota 5)	(216.066)	(167.751)	(216.066)	(167.751)
Dívida líquida	6.302	(17.000)	(3.394)	(37.634)
Total do patrimônio líquido	695.977	641.969	695.977	641.969
Total do capital	702.279	624.969	692.583	604.335
Índice de alavancagem financeira - %	0,9%	-2,7%	-0,5%	-6,2%

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

(i) Variações na moeda estrangeira

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no Balanço Patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.325
Duplicatas a receber	11.844
Partes relacionadas a receber	60.177
Partes relacionadas a pagar	(1.160)
Financiamentos	(34.119)
Fornecedores	(4.464)
	<hr/>
Exposição ativa líquida	<u>34.603</u>

A seguir está demonstrada a perda que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de acordo com os seguintes cenários:

	<u>Controladora</u>		
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição ativa líquida	33.104	41.380	49.656

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no Banco Central do Brasil, considerando a cotação média projetada para o ano de 2017. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Variações na taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC e da TJLP.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa vinculados ao CDI	64.722	76.895
Total de empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP	<u>6.712</u>	<u>6.712</u>
Exposição ativa líquida	<u><u>71.434</u></u>	<u><u>83.607</u></u>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de acordo com os seguintes cenários:

	<u>Controladora</u>		
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição ativa líquida	4.682	5.853	7.023

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição ativa líquida	5.474	6.843	8.211

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, considerando as taxas projetadas para 31 de março de 2019. Os cenários I e II consideram uma redução das taxas de juros em 50% e 25%, respectivamente.

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	67.284	66.634	100.428	102.510
Aplicações financeiras	489	16.842	489	16.842
Duplicatas a receber	95.624	81.669	181.831	131.613
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	216.066	167.933	216.066	167.933
Partes relacionadas	60.397	42.052	-	-
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	475	5.426	3.155	7.875
Depósitos judiciais	2.110	2.057	2.110	2.057
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	110.537	105.994	133.985	121.236
Financiamentos - FINAME fabricante	179.604	128.233	179.604	128.233
Fornecedores	26.853	27.405	44.261	33.802
Outras contas a pagar	2.978	5.802	20.272	16.649
Partes relacionadas	4.472	778	-	-

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam de seus valores contábeis.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Informações por segmento de negócio - consolidado

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os novos segmentos da Companhia:

	31 de dezembro de 2018				
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	366.017	200.832	176.613		743.462
Custo dos produtos e serviços vendidos	(193.326)	(167.234)	(176.523)		(537.083)
Transferências remetidas	3.130	-	25.655	(28.785)	-
Transferências recebidas	(25.654)	-	(3.130)	28.784	-
Lucro bruto	150.167	33.598	22.615	-	206.379
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(59.991)	(14.927)	(4.883)		(79.801)
Gerais e administrativas	(24.176)	(23.203)	(11.921)		(59.300)
Pesquisa e desenvolvimento	(17.379)	-	-		(17.379)
Honorários da Administração	(4.335)	-	(3.511)		(7.846)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.995	-	-		3.995
Lucro operacional antes do resultado financeiro	48.281	(4.532)	2.300		46.048
Estoques	220.300	51.668	28.579		300.547
Depreciação e amortização	12.386	8.321	12.579		33.286
Imobilizado, líquido	132.252	14.579	112.090		258.921
Intangível	859	57.102	20		57.981
	Europa	América Latina	América do Norte	Ásia	Total
Receita operacional líquida por região geográfica	187.002	444.055	23.138	89.267	743.462

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2017				
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	292.633	165.980	214.260		672.873
Custo dos produtos e serviços vendidos	(176.602)	(128.925)	(177.708)		(483.236)
Transferências remetidas	5.017	-	16.225	(21.242)	-
Transferências recebidas	(16.225)	-	(5.017)	21.242	-
Lucro bruto	104.822	37.055	47.761	-	189.637
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(49.400)	(12.241)	(6.095)		(67.736)
Gerais e administrativas	(20.667)	(16.790)	(14.686)		(52.143)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.772)	-	-		(16.772)
Honorários da Administração	(3.152)	-	(3.663)		(6.815)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.094	-	-		5.094
Lucro operacional antes do resultado financeiro	19.924	8.024	23.317		51.265
Estoques	152.377	66.539	22.975		241.891
Depreciação e amortização	12.445	6.004	11.806		30.255
Imobilizado, líquido	92.008	60.729	105.202		257.939
Intangível	1.124	51.050	-		52.174
	Europa	América Latina	América do Norte	Ásia	Total
Receita operacional líquida por região geográfica	166.419	419.110	23.759	63.585	672.873

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Compromissos futuros

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais dois anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2020, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de fornecimento	Valor
2019	8.597
2020	8.597
Total	17.194

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

22 Receita líquida de Vendas

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercado interno	510.640	477.847	512.805	479.010
Mercado externo	92.884	68.509	326.621	271.778
Receita bruta de vendas	603.524	546.356	839.426	750.788
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(95.885)	(77.854)	(95.964)	(77.915)
Receita líquida de vendas	507.639	468.502	743.462	672.873

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depreciação e amortização	24.454	23.675	33.286	30.255
Despesas com pessoal	128.933	123.255	223.330	169.535
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	237.616	192.886	335.176	300.248
Frete	26.022	23.981	32.600	29.508
Outras despesas	45.601	66.084	77.017	97.156
Total	<u>462.626</u>	<u>429.881</u>	<u>701.409</u>	<u>626.702</u>
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	367.440	340.111	537.083	483.236
Despesas com vendas	43.747	39.339	79.801	67.736
Despesas gerais e administrativas	26.309	26.941	59.300	52.143
Pesquisa e desenvolvimento	17.379	16.772	17.379	16.772
Participação e honorários da Administração	7.751	6.718	7.846	6.815
Total	<u>462.626</u>	<u>429.881</u>	<u>701.409</u>	<u>626.702</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	2.592	7.464	3.931	9.347
Juros de duplicatas a receber	5.344	6.169	5.344	6.169
Variação monetária processo Plano Verão	32.115	-	32.115	-
Outros	2.163	171	2.350	305
Total	<u>42.214</u>	<u>13.805</u>	<u>43.740</u>	<u>15.822</u>
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(5.170)	(11.974)	(7.753)	(13.886)
Outras	(1.231)	(952)	(1.078)	(954)
	<u>(6.401)</u>	<u>(12.926)</u>	<u>(8.831)</u>	<u>(14.840)</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado da venda de ativos	3.683	4.486	5.043	6.577
Outros	(1.017)	(1.307)	(1.048)	(1.483)
	<u>2.666</u>	<u>3.179</u>	<u>3.995</u>	<u>5.094</u>

* * *

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústrias Romi S.A. (“Romi” ou “Companhia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2018 se demonstrou um ano de recuperação econômica importante, e apesar de um primeiro bimestre de fraca atividade econômica pode-se notar uma aceleração significativa na quantidade de oportunidades e negócios gerados a partir de março. Alguns dados macroeconômicos indicam sinais sólidos de recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança e a melhora da utilização da capacidade instalada quando comparados com os 03 últimos anos, apresentados a seguir. Essa melhora nos dados macroeconômicos começa a se materializar na unidade de negócio Máquinas Romi, que diante de um cenário mais estável, encoraja os clientes a retomar os seus investimentos.

A Romi continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Ao longo dos últimos anos efetuamos diversas otimizações, principalmente nas estruturas indiretas. Reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade com foco no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o lançamento de novas gerações de produtos, e as primeiras linhas já estão fazendo muito sucesso no mercado doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para a retomada da economia doméstica.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida auferida em 2018 foi de R\$743,5 milhões, 10,5% superior à registrada em 2017, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos e também pelas exportações, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.

Em 2018, o mercado doméstico foi responsável por 57% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha e B+W), foi de US\$4,7 milhões, montante 1,1% superior ao alcançado em 2017.

Em 2018, a entrada de pedidos foi de R\$ 712,2 milhões, montante 18,1% superior ao obtido no ano de 2017.

Margens

Em 2018, as margens operacionais permaneceram em níveis similares aquelas alcançadas em 2017, demonstrando consistência nas operações. A Unidade de Negócio Máquinas Romi teve destaque na evolução das margens operacionais. Apresentou margem operacional de 13,2%, o que representou um crescimento de 6,4 p.p. em relação ao ano de 2017.

Resultado Líquido

O lucro líquido do ano de 2018 foi R\$ 84.250.

2. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2018 foram investidos R\$ 25 milhões, sendo a maior parte deles destinados à instalação de uma máquina de moldagem automática para a Unidade de Negócio de Fundidos e Usinados. Os demais investimentos foram destinados, em parte, à manutenção, produtividade, flexibilidade e competitividade das demais unidades do parque industrial, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

3. AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

4. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0001-63/NIRE – 35.300.036.751
COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como do Orçamento de Capital para o exercício de 2019. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Santa Bárbara d'Oeste, 12 de fevereiro de 2019

Alfredo Ferreira Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Walter Luis Bernardes Albertoni



INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0001-63/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores infra mencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Santa Bárbara d'Oeste, 12 de fevereiro de 2019

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente

William dos Reis - Vice - Presidente

Fábio Barbanti Tair - Diretor

Francisco Vita Júnior – Diretor

Fernando Marcos Cassoni – Diretor



INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0001-63/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Os diretores infra mencionados, declaram que revisaram e discutiram a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A referida opinião é de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de Pis e Cofins.

Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), a possibilidade de modulação de efeitos, onde se decidirá por um corte temporal entre diversos possíveis, assim como a possibilidade de alteração da sistemática a ser utilizada pelos contribuintes para a quantificação dos créditos, representam uma grande incerteza quanto ao seu desfecho final. Apenas após os referidos esclarecimentos, que possivelmente serão trazidos pelo trânsito em julgado a ser publicado pelo Supremo Tribunal Federal, após ter concluído sobre a análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União é que poderão permitir a análise e conclusão objetiva do êxito envolvido e conseqüente impacto contábil necessário. Portanto, na fase atual do processo, a Companhia não possui condições de avaliar qual será a modulação, tampouco a sistemática a ser adotada na determinação do valor a

pagar do PIS e da COFINS e, conseqüentemente, do valor dos créditos tributários. Como conclusão, a Companhia possui o entendimento de que o valor da referida provisão, em 31 de dezembro de 2017, deva ser mantida até o desfecho final do assunto.

Em linha com esse entendimento, a Companhia, em 29 de janeiro de 2018, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) consulta, pela qual solicita a manifestação da CVM quanto ao tratamento contábil referente ao reflexo da decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal a respeito da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do Pis e da Cofins, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 30 de janeiro de 2018.

As informações relevantes sobre o assunto têm sido divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Santa Bárbara d'Oeste, 12 de fevereiro de 2019

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente

William dos Reis - Vice - Presidente

Fábio Barbanti Tair – Diretor de Relações com Investidores

Francisco Vita Júnior – Diretor

Fernando Marcos Cassoni – Diretor